

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE CIÊNCIAS MÉDICAS E DA VIDA
Curso de Zootecnia

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE FOMENTO AO CRÉDITO
NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Acadêmica: Stella Oliveira Silva
Orientadora: Profa. Dra. Delma Machado Cantisani Pádua

Goiânia – Goiás

2023



STELLA OLIVEIRA SILVA



A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE FOMENTO AO CRÉDITO NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Zootecnia, junto ao Curso de Zootecnia da Escola de Ciências Médicas e da Vida, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Orientadora: Profa. Dra. Delma Machado Cantisani Pádua

Goiânia – Goiás
2023



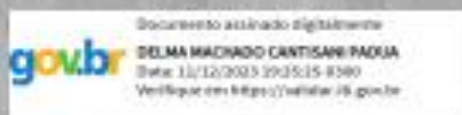
STELLA OLIVEIRA SILVA



A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE FOMENTO AO CRÉDITO NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à banca avaliadora em 07/12/2023 para conclusão da disciplina de TCC, no curso de Zootecnia, junto a Escola de Ciências Médicas e da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sendo parte integrante para obtenção do título de Bacharel em Zootecnia.

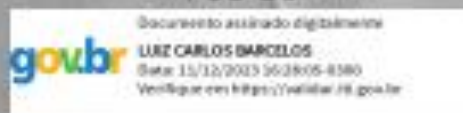
Conceito final obtido pelo aluno: APROVADA



Profa. Dra. Delma Machado Cantisani Pádua
(Orientadora)

Prof. Dr. Roberto Toledo de Magalhães (membro)

PUC-GO



Prof. Dr. Luiz Carlos Barcelos (membro)

PUC-GO

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por deixar chegar até aqui com sua infinita misericórdia, e nossa senhora que intercedeu nos caminhos a faculdade e em todos os meus estudos e não deixar eu desistir.

Gratidão a minha mãe Regina Ferreira, por me proporcionar e motivar nessa caminhada longa e dura, ela mais que ninguém sabe o tanto que foi difícil pra eu chegar até aqui, tudo isso foi por você.

Agradeço também meu padrasto Deusimar Lopes, que juntamente com a minha mãe, lutou para que esse sonho se torna-se realidade juntamente com meus irmãos, Pedro, Isabelly e Thais, porque sem a motivação de vocês, nada disso seria possível.

Agradecer também o Diego Figueiredo, meu companheiro, amigo, namorado, por ter me apoiado todos esses anos e me ajudado em todo o curso, me orientado nos estágios, auxiliando nos melhores caminhos e apresentando as melhores pessoas para o meu conhecimento.

Aos meus amigos de faculdade, Dayanne, Viviane, Paulo Henrique, Gabriel, Sergio e Heitor que contribuíram para que eu chegasse até aqui, que sempre se dedicaram e se dispôs a me ajudar quando eu mais precisava. Obrigada por estarem sempre ao meu lado e por todo conselho, por cada risada, obrigada!

Gratidão ao Curso de Zootecnia, e às pessoas envolvidas ao longo desses anos. Agradeço aos professores que contribuiu em minha formação, agradeço principalmente a minha Orientadora, Profa. Dra. Delma Machado Cantisani Padua, ao meu coordenador de curso Prof. Dr. Bruno de Souza Mariano, aos membros da banca Prof. Dr. Roberto Toledo de Magalhaes e Prof. Dr. Luiz Carlos Barcellos.

“A verdadeira motivação vem de realização, desenvolvimento pessoal, satisfação no trabalho e reconhecimento”.

Frederick Herzberg

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE TABELAS	viii
RESUMO	ix
1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO DE LITERATURA	3
2.1 Definição de crédito rural	3
2.1.1 Histórico do fomento agropecuário no Brasil	6
2.1.2 Tipos de crédito disponíveis para agropecuária	7
2.1.3 Políticas de crédito rural no Brasil	10
2.2 Principais fornecedores de crédito rural	11
2.3 Relação entre crédito rural e práticas sustentáveis na pecuária	13
3- CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17
5- ANEXO	19

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	Página
Figura 1- Fonte e distribuição do crédito rural no Brasil	5
Figura 2- Linha do tempo do crédito rural desde 1996 a 2022	7
Figura 3- Crédito disponível para o Pronaf e outras linhas de crédito.....	9
Figura 4- As principais instituições financeiras que concedem o maior volume de crédito em determinado município.....	11
Figura 5- Distribuição do Crédito Rural por Tipos de Crédito	12
Figura 6- Tipo de tomadores de crédito.....	13
Figura 7 – Montante de Empréstimo por Linha de Crédito	15

RESUMO

O crédito rural desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável do setor agrícola no Brasil, promovendo o aumento da produção, a modernização das práticas agrícolas e o desenvolvimento econômico das áreas rurais. O objetivo deste trabalho é analisar as políticas de crédito rural, identificando as principais tendências e os seus desenvolvimentos recentes. O impacto do crédito direto ou indireto na pecuária, incluindo aspectos de sustentabilidade também é objetivo desta revisão. É importante lembrar que os requisitos para o crédito rural podem variar de acordo com o programa, a instituição financeira e o tipo de atividade agrícola ou pecuária. Portanto, é fundamental entrar em contato com o banco ou a instituição financeira relevante para obter informações precisas sobre os requisitos específicos do crédito que está sendo buscado. A adoção de boas práticas no crédito rural é fundamental para garantir que os recursos sejam usados de forma eficiente e que os agricultores e pecuaristas possam colher os benefícios sem incorrer em endividamento excessivo. Com isso, percebe-se que o que mais é financiado no Brasil. Onde o recurso vem com o prazo menor, mais com um giro maior no mercado agropecuário, podendo trazer melhoraria a pecuária em diferentes áreas.

Palavra-chave: Crédito rural, sustentável, boas práticas, pecuária.

1- INTRODUÇÃO

O PIB, Produto Interno Bruto, do agronegócio brasileiro apresentou modesta recuperação em 2023, comparado a 2022, o aumento após o terceiro trimestre deste ano foi de 0,50% (CEPEA e CNA, 2023). Com base nesse desempenho parcial, o PIB do setor pode alcançar R\$ 2,63 trilhões em 2023. Considerando-se também o desempenho a previsão da economia brasileira como um todo para 2023, o agronegócio pode responder por 24,4% do PIB do País.

É por meio do Crédito Rural e programas como o Pronaf que o governo incentiva o agronegócio, direcionando os recursos para os produtores rurais com taxas diferenciadas e mais atrativas. Desta forma, o programa tem o objetivo de fortalecer as atividades do produtor familiar, proporcionando a ele um aumento de renda e possibilidade o aumento do valor ao produto que é produzido e também a propriedade. Além disso, para o autor o programa possibilidade custear as despesas com produção e comercialização de produtos agropecuários que são produzidos na propriedade (SILVA FILHO, 2017).

O Brasil é um país que apresentam condições naturais que favorecem as atividades agropecuárias, possuindo 22% das terras agricultáveis globais, além de apresentar um clima diversificado que favorece diversos tipos de culturas, com períodos de chuvas regulares, oferta considerável de energia solar e 12% da água doce de todo planeta (SOBER, 2020)

É por meio do Crédito Rural e programas como o Pronaf que o governo incentiva o agronegócio, direcionando os recursos para os produtores rurais com taxas diferenciadas e mais atrativas. Desta forma, o programa tem o objetivo de fortalecer as atividades do produtor familiar, proporcionando a ele um aumento de renda e o aumento do valor ao produto que é produzido e também a propriedade. Além disso, para o autor o programa possibilidade custear as despesas com produção e comercialização de produtos agropecuários que são produzidos na propriedade (SILVA FILHO, 2017).

Segundo pesquisadores do Cepea/CNA (2019), o resultado do agronegócio, ainda que modesto, foi sustentado sobretudo pelo desempenho de safra recorde no campo e pelo crescimento da produção pecuária, o que, por

sua vez, implica em aumento da demanda para os segmentos a montante (insumos) e a jusante (agro serviços).

O agronegócio em Goiás desempenha um papel crucial na economia do estado e do país. A diversificação de culturas, a produção de grãos, a pecuária, a agroindústria e a ênfase na tecnologia e sustentabilidade são características marcantes desse setor. Além disso, a localização estratégica de Goiás e sua capacidade logística contribuem para o sucesso do agronegócio na região (IBGE 2020).

O Programa ABC+, agora denominado Programa para Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (RenovAgro) no atual Plano Safra 2023/2024, registrou um desembolso de R\$ 3,75 bilhões. Enquanto isso, o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro) contratou recursos no valor de R\$ 1,8 bilhão. Por outro lado, o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) totalizou investimentos de R\$ 2,8 bilhões (GOV.BR,2023).

O trabalho teve como objetivo analisar as políticas de crédito rural, identificando as principais tendências, desafios e os seus desenvolvimentos recentes. O impacto do crédito direto ou indireto na pecuária, incluindo aspectos de sustentabilidade também é objetivo desta revisão.

2- REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Definição de crédito rural

O Crédito Rural foi institucionalizado no Brasil pela Lei nº 4.829, de 1965 Brasil (1965). Atualmente, é um instrumento importante para o incentivo à produção pecuária e agrícola à economia nacional. Possuindo basicamente três modalidades sendo elas o investimento, custeio e comercialização que foram aprovadas pelo Conselho Monetário nacional (CMN), com finalidades e condições sendo estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil (BACEN, 2018). Essas normas são seguidas por todos os agentes financeiros que integram o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Desde a década de 1960 o crédito rural tem sido a principal política agropecuária do Brasil. O montante de crédito no ano agrícola 2020 representa aproximadamente 30% da produção agropecuária total do país em 2019, que foi de R\$ 631 bilhões de acordo com o (BRASIL, 2020). Essa relevante política tem grande potencial para alinhar a política agrícola com os objetivos de sustentabilidade.

A principal finalidade do crédito rural é fornecer recursos financeiros para que os agricultores possam investir em insumos, equipamentos, tecnologia agrícola, compra de terras, construção de infraestrutura, entre outros, a fim de aumentar a produção agrícola e melhorar a produtividade. Além disso, o crédito rural também pode ser usado para financiar despesas de custeio, como aquisição de sementes, fertilizantes, pesticidas e pagamento de mão de obra (ALVES, 2019).

O financiamento e o crédito rural são destinados para o segmento rural onde os produtores rurais utilizam os recursos dados pelas instituições financeiras nessa linha de crédito por diversas maneiras. Disponibilizado por entidades de crédito públicas e privadas, podendo ser utilizado por produtores rurais, cooperativas e empresas relacionadas ao ramo agropecuário e tem por

objetivo principal contribuir com a política de desenvolvimento da produção rural do País (SCHRICKEL, 2018).

No Brasil, o crédito rural é gerenciado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que envolve a atuação de diversos agentes financeiros, como o Banco Central, o Banco do Brasil, bancos privados, cooperativas de crédito e outras instituições. O crédito rural é fundamental para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, contribuindo para o aumento da produção de alimentos, geração de empregos no campo e o fortalecimento da economia rural.

Com o acesso a financiamentos específicos para o setor, os produtores rurais podem investir em tecnologia, compra de máquinas e equipamentos, melhorias nas propriedades, além de custear as atividades rotineiras, como compra de insumos e pagamento de mão de obra. O recurso financeiro para o crédito rural vem de fontes conforme pode ser observado na Figura 1. O crédito rural é um importante instrumento para impulsionar o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Com o objetivo de impulsionar o crescimento do setor, o crédito rural de recursos livres e privados tem se destacado como uma opção ágil e flexível, capaz de atender às necessidades específicas dos agricultores. Diferentemente de outras linhas de crédito, esse tipo de financiamento não está vinculado a programas ou políticas governamentais, proporcionando aos produtores uma maior liberdade para escolher como aplicar os recursos (CREDITARE, 2022).

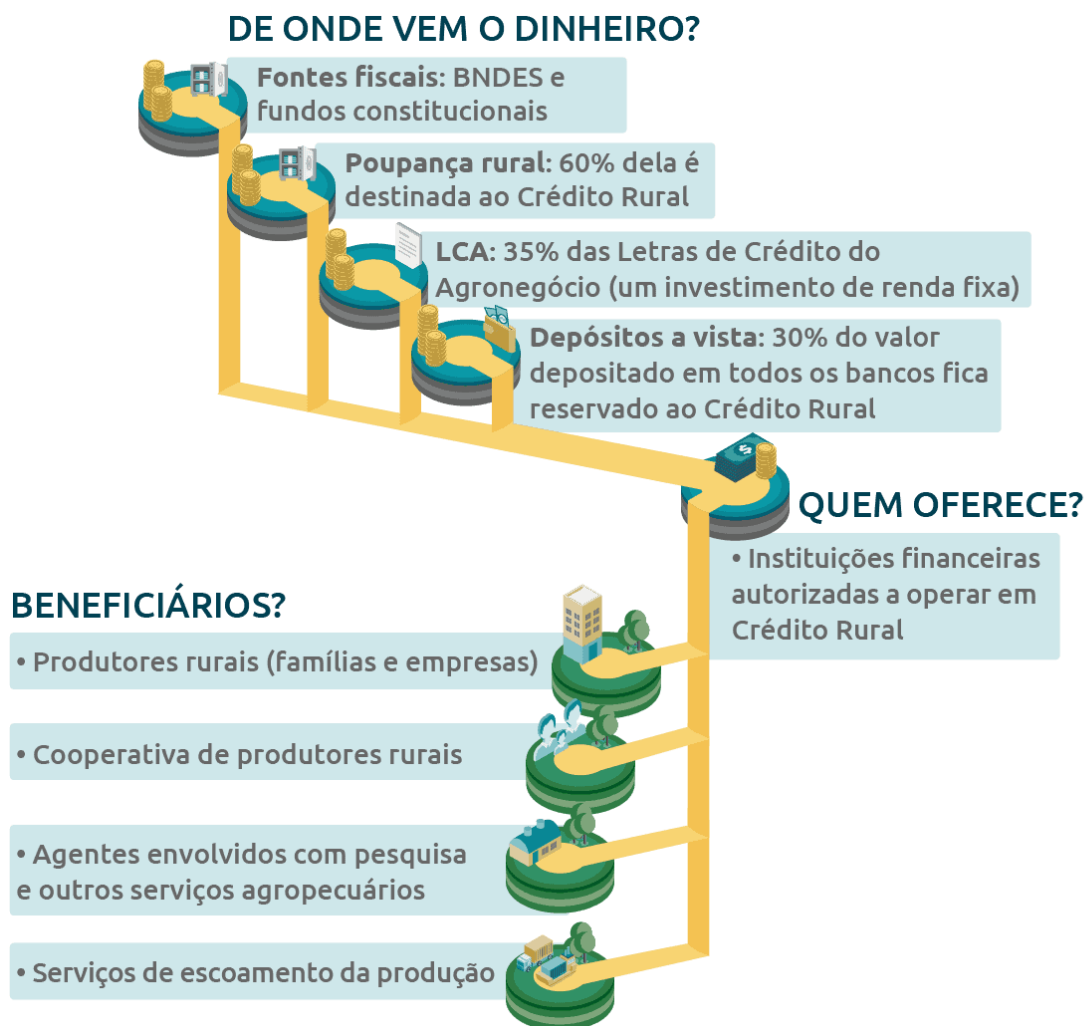


Figura 1: Fonte e distribuição do crédito rural no Brasil.

Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

Uma das principais vantagens desse tipo de crédito rural reside na rapidez com que o dinheiro é disponibilizado. Com menos burocracia, os produtores têm acesso facilitado aos recursos, podendo destiná-los à modernização de equipamentos, aquisição de insumos agrícolas, expansão da produção e outras necessidades críticas para o seu negócio.

2.1.1 Histórico do fomento agropecuário no Brasil

Antes de 1965, o crédito rural era executado somente pelo Banco do Brasil, por meio de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Craei), criada em 1935. A legislação básica, como se depreende, foi elaborada num contexto bastante diferente do atual agronegócio brasileiro e, por isso mesmo, vem sendo

complementada com outras leis, decretos e programas no decorrer dos anos, para que se mantenha adequada à realidade da agropecuária nacional.

Algumas medidas foram verdadeiros marcos na história e evolução do crédito rural: 1967: a resolução do Conselho Monetário Nacional tornou obrigatório o direcionamento de 10% dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola. Em 1986 teve a extinção da Conta Movimento o que limitou os recursos para o Crédito Rural à disponibilidade da União. 1986: criação da Poupança Rural. Os bancos oficiais ficaram autorizados a operar com essa fonte de recursos que se tornou, em 1988, na maior fonte supridora para o Crédito Rural. 1991: aumento da participação do BNDES no crédito rural por meio da Finame Rural (Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame), do Programa de Operações Conjuntas (POC) e do Programa de Operações Diretas do próprio Banco. Até então, tradicionalmente, o BNDES sempre esteve voltado para o financiamento de investimentos industriais. 1995: criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). 1996: criação do Programa de Securitização das dívidas dos agricultores, que permitiu o reescalonamento do vencimento das operações a taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária (SILVA,2019).

O fomento agropecuário no Brasil tem uma longa história que evoluiu ao longo dos anos em resposta às necessidades do setor agrícola do país e às mudanças políticas e econômicas. O fomento agropecuário no Brasil durante o período colonial, a agricultura eram as principais atividade econômica no Brasil com isso os colonizadores europeus introduziram culturas como a cana-de-açúcar, o café e o algodão. Conseqüentemente após a independência do Brasil em 1822, a agricultura continuou sendo uma atividade econômica fundamental. No entanto, o apoio governamental ao setor era limitado, e os agricultores frequentemente enfrentavam desafios como falta de infraestrutura e acesso a crédito (BRASIL, 2020)

No período 1960 e 1970, o governo brasileiro lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que incluía medidas para modernizar a agricultura, como a construção de estradas, incentivos fiscais e investimentos em pesquisa agrícola. E foi nos anos 1980 e 1990 que teve o maior destaque na sustentabilidade ambiental e na diversificação das culturas onde a políticas de

apoio à agricultura familiar foram implementadas, e os programas de crédito rural foram expandidos (TOLEDO, 2015).

No início do século XX, houve a reforma agrária, com o objetivo de distribuir terras para pequenos agricultores. No entanto, esses esforços muitas vezes foram insuficientes para resolver os problemas de desigualdade fundiária no país, foi então na década de 1950 que houve o crescimento da população e a industrialização do Brasil, onde o governo passou a dar mais atenção ao desenvolvimento da agricultura. Com isso foram criadas instituições como o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para fornecer crédito agrícola (SILVA,2019).

No início do século XXI o governo brasileiro continuou a promover o desenvolvimento do setor agrícola, tornando o Brasil um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo. O Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e o Plano Safra são exemplos de iniciativas que visam apoiar a agricultura sustentável e fornecer crédito acessível aos agricultores.

A linha do tempo do crédito rural, história do crédito rural no Brasil entre 1996 e 2022 é marcada por uma série de políticas e programas governamentais que visavam apoiar os agricultores e o desenvolvimento do setor agrícola do país, o governo brasileiro continuou a desempenhar um papel central na oferta de crédito e no apoio ao setor agrícola ao longo desses anos como se mostra na Figura 2 (ANJOS, 2016).

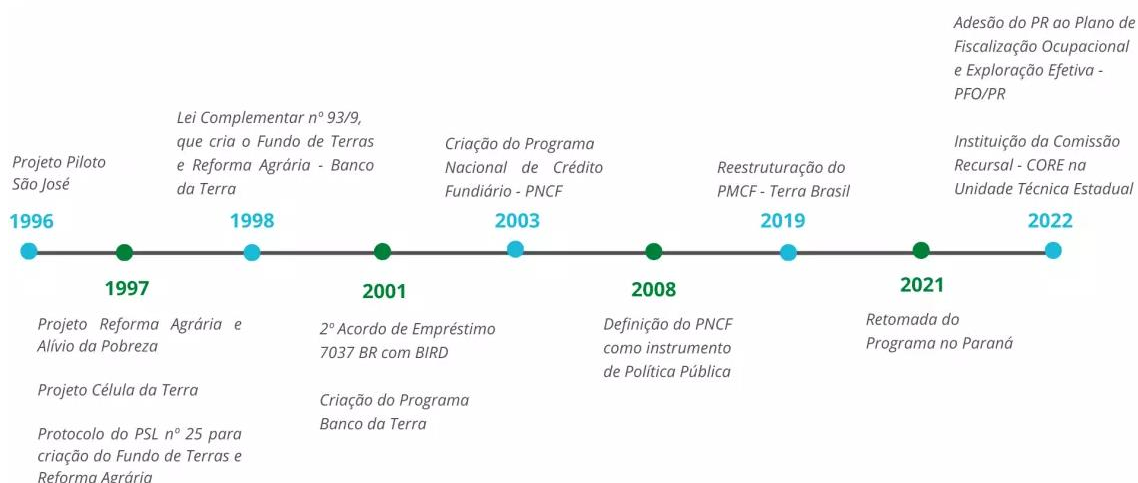


Figura 2. Linha do tempo do crédito rural desde 1996 a 2022.
Fonte: Crédito Fundiário (2022).

O fomento agropecuário no Brasil é uma área em constante evolução, influenciada por fatores econômicos, sociais e ambientais. O país enfrenta desafios como a pressão por práticas agrícolas sustentáveis, a distribuição de terras e o acesso a crédito para pequenos agricultores, mas também desfruta de uma posição proeminente na produção agrícola global devido à sua vasta extensão de terras e clima favorável (ANTÃO e CAMPANHOLO, 2015)

2.1.2 Tipos de crédito rural disponíveis para agropecuária

Segundo o BNDES (2022), no Brasil existem diversos tipos de crédito rural disponíveis para a agropecuária, que são oferecidos por instituições financeiras, como bancos, cooperativas de crédito e agências governamentais. Esses tipos de crédito podem variar em termos de prazo, taxa de juros, condições de pagamento e finalidades específicas. No Quadro 1 alguns dos principais tipos de crédito rural para a agropecuária estão descritos conforme a finalidade e o beneficiário.

Em determinados momentos, o governo brasileiro lança programas específicos de crédito rural para a pecuária, como parte de políticas de estímulo ao setor. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) utiliza condições e critérios para acesso a esses tipos de crédito podem variar ao longo do tempo e de acordo com a região do país. Os produtores rurais interessados em obter crédito rural para a agropecuária devem entrar em contato com as instituições financeiras ou órgãos responsáveis e estar cientes dos requisitos e documentação necessários para solicitar o financiamento. Além disso, é importante elaborar um plano de uso dos recursos de forma a maximizar os benefícios para a atividade pecuária (BNDES, 2022).

Quadro 1. Tipos de crédito rural disponíveis para a agropecuária.

PROGRAMA	DESCRIÇÃO
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	O Pronaf oferece linhas de crédito específicas para pequenos agricultores e pecuaristas familiares. Os recursos podem ser usados para investimentos em melhorias na infraestrutura das propriedades, compra de animais, construção de cercas, e insumos.
Programa de Modernização da Pecuária de Corte (Moderfrota).	Este programa visa a modernização da pecuária de corte, fornecendo crédito para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, como tratores e implementos, que são essenciais para a gestão de propriedades rurais voltadas para a criação de gado.
Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).	O Pronamp oferece crédito com taxas de juros mais baixas do que as praticadas no mercado para médios produtores rurais, incluindo pecuaristas. Esse crédito pode ser usado para investimentos em atividades agropecuárias.
Crédito Rural para Investimento	É uma modalidade de crédito que permite aos pecuaristas financiarem investimentos na propriedade, como a construção de currais, aquisição de máquinas para manejo do gado, melhoria da pastagem e instalações para produção de leite.
Crédito para Custeio Pecuário	Esse tipo de crédito é destinado a financiar as despesas correntes da atividade pecuária, como compra de alimentos para o gado, medicamentos veterinários, pagamento de mão de obra, entre outros custos relacionados à produção.
Financiamento para Integração Pecuária, Agricultura e Floresta (IF)	Esse financiamento é destinado a projetos que integram atividades pecuárias com agricultura e silvicultura, promovendo uma abordagem sustentável e diversificada para o uso da terra.

Fonte: BNDES (2022)

O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2020) publica anualmente as medidas de planejamento agrícola para o investimento público em: crédito rural, zoneamento agrícola, seguro rural, comercialização de produtos e programas especiais de desenvolvimento social. No caso do crédito rural, o Plano Safra regula fontes de recursos, os montantes alocados para cada linha de crédito e as principais condições financeiras para custeio, investimento e comercialização.

A evolução do montante de crédito disponível para o Pronaf (focado em pequenos agricultores) e outras linhas de crédito (dedicadas a médios e grandes produtores, que até o ano agrícola 2019/20, era estabelecido como PAP), ajustados pela inflação. A soma de ambos representa o total de recursos

alocados ao crédito rural. Apesar de um crescimento total constante no crédito rural (exceto para o período recente de crise econômica), há uma variação considerável nas linhas de crédito oferecidas, como demonstrado a Figura 3.

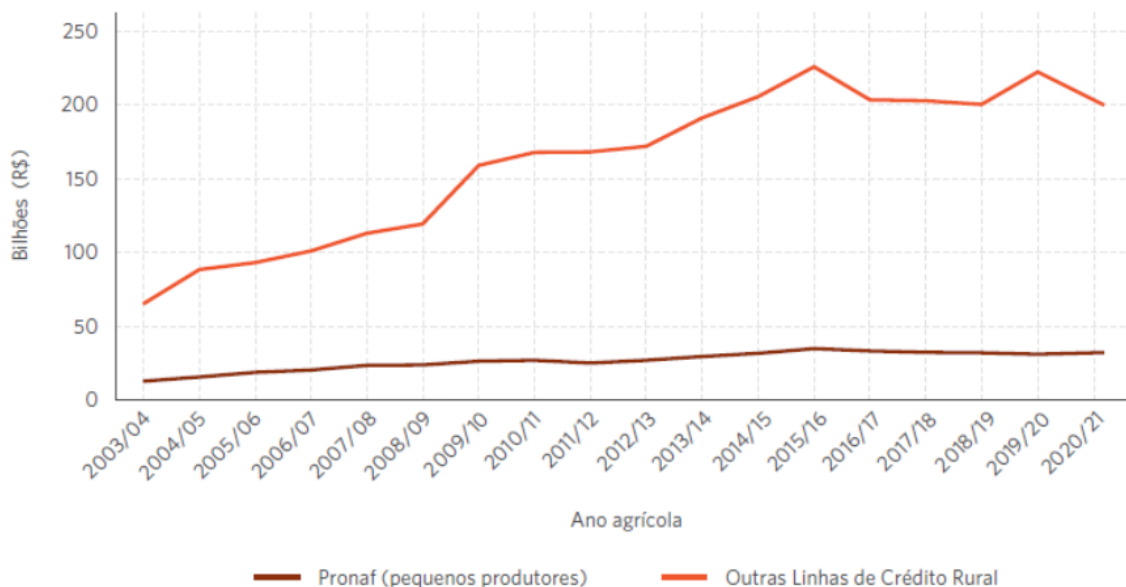


Figura 3. Crédito disponível para o Pronaf e outras linhas de crédito 2003/2020. Fonte: Banco Central do Brasil (2020).

O governo oferece as taxas de juros mais baixas no escopo do Pronaf, que é direcionado a pequenos produtores. Até 2016, o Pronaf era elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com a extinção do MDA, passou a ser lançado pela Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do desenvolvimento Agrário. Atualmente, o Pronaf é administrado pela Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo no MAPA.

2.1.3 Políticas de crédito rural no Brasil

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura Pecuária e Abastecimento (FAO, 2019) apresenta o Brasil como o terceiro maior produtor agropecuário e o maior exportador líquido do mundo. Políticas adequadas nos setores de serviços financeiros podem contribuir para modernizar e intensificar a agricultura, levando a um gerenciamento mais eficiente dos recursos naturais.

Melhorias nas políticas de crédito rural podem aumentar a produção do país e torná-la mais sustentável.

O crédito rural é a principal política agrícola do Brasil, sendo a mais importante fonte de financiamento para o agronegócio. Para o ano agrícola 2020/21, o governo direcionou cerca de R\$ 236 bilhões para o crédito rural, o que representa aproximadamente 39% do total da produção agropecuária do país em 2019 (IBGE. 2020).

O crédito rural subsidiado é o principal instrumento usado para direcionar recursos ao setor agropecuário. Os subsídios governamentais resultam em taxas de juros menores do que as do mercado privado, o que ajuda a impulsionar o uso do crédito. No ano agrícola de 2020/21, o Plano Safra estabeleceu taxas de juros entre 2,75% e 7,5% para o crédito controlado pelo governo, dependendo da linha de crédito, dependendo do tamanho do produtor e da destinação do empréstimo diferenciado em: custeio, investimento, comercialização ou indústria. O objetivo da política agrícola tem sido ajudar os produtores a lidar com dificuldades e incertezas (BRAGANÇA, 2019).

Em 1965, a Lei 4.829/1965 estabeleceu o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Desde 1991, a Lei 8.171/1991 estabeleceu o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que tem o mandato de preparar o Plano Safra. Esse plano é lançado anualmente e regula as fontes de recursos, montantes alocados para cada linha de crédito e as principais condições financeiras para obter empréstimos para o próximo ano agrícola. As condições específicas para as linhas de crédito definidas pelo Plano Safra estão sujeitas à aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e são registradas anualmente no Manual de Crédito Rural (MCR) pelo Banco Central (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

2.2 Principais fornecedores de crédito rural

No Brasil, as agências bancárias demonstram uma forte concentração nas regiões mais desenvolvidas. A Figura 4 mostra a distribuição geográfica de agências bancárias, cooperativas de crédito e instituições agropecuárias no país. A predominância está nas regiões Sudeste e Sul, assim como nas capitais

estaduais, onde se concentra aproximadamente um terço de todas as agências. As cooperativas de crédito têm uma presença mais significativa fora dos centros urbanos, embora também estejam concentradas nas regiões Sul e Sudeste (CANAL RURAL,2020).

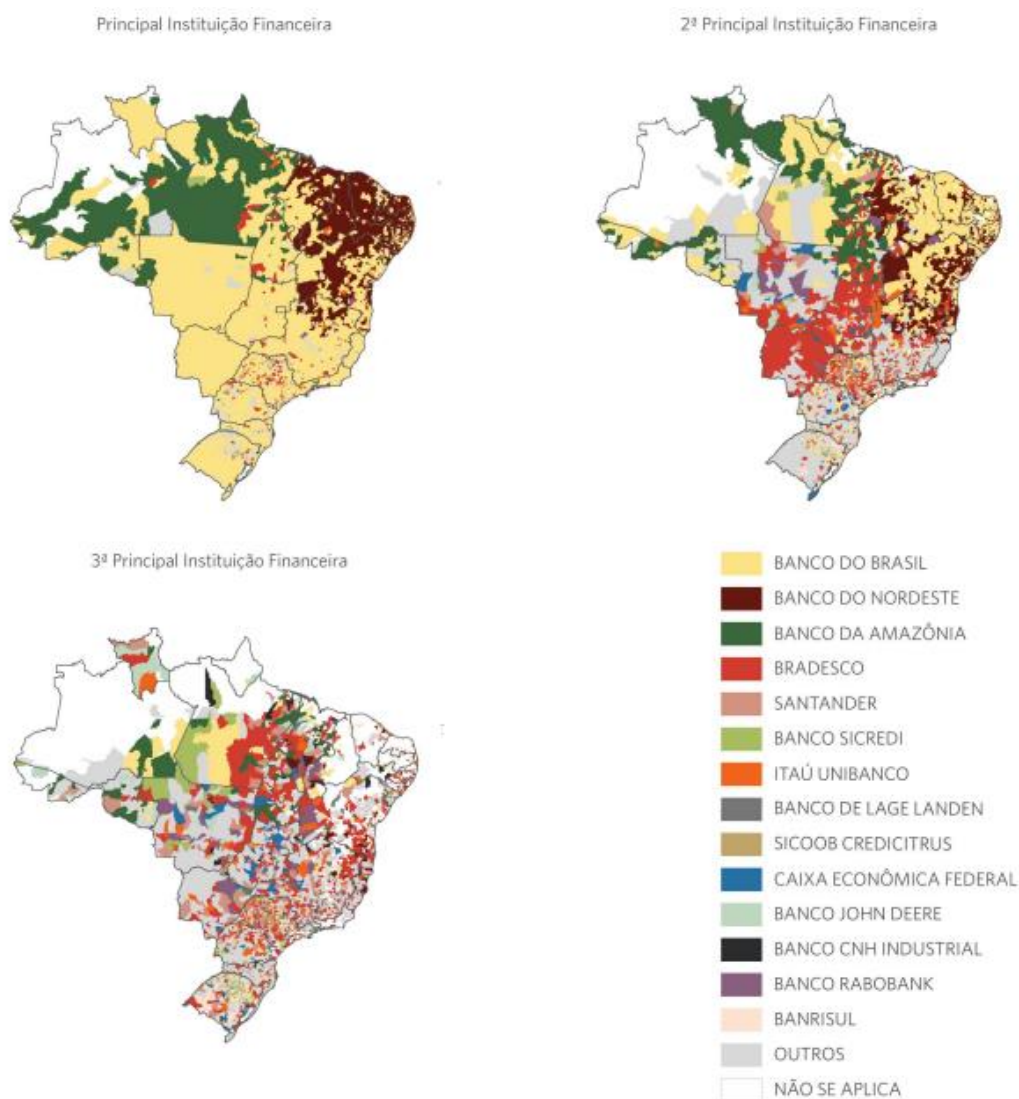


Figura 4 - As principais instituições financeiras que concedem o maior volume de crédito em determinado município.

Fonte: Banco Central do Brasil (2020).

Essas diferenças na distribuição de canais de crédito sugerem que as necessidades financeiras dos produtores rurais podem não estar plenamente atendidas. Nas regiões Norte e Nordeste, onde a produção agropecuária é menor e a demanda por crédito é potencialmente maior, a presença de agências bancárias e cooperativas é escassa. Isso, por sua vez, dificulta o acesso ao

crédito para os produtores locais. Já em locais com menor atividade agropecuária e, conseqüentemente, uma maior necessidade de financiamento, o sistema bancário não oferece oportunidades adequadas para os produtores (BRAGANÇA e ASSUNÇÃO, 2019).

Os efeitos causais do crédito rural ao longo de três dimensões (i) tipos de usos para o crédito (custeio, investimento e comercialização); (ii) linhas de crédito (Pronaf, Pronamp, Poupança Rural-Controlados e Recursos Obrigatórios); (iii) tipos de produtor (individuais e empresas) (ASSUNÇÃO E SOUZA, 2020).

A Figura 5 descreve a importância de considerar o crédito nessas três dimensões. Tomando a primeira dimensão, relacionada ao uso do crédito (custeio, investimento ou comercialização), vemos que o crédito para investimentos é reduzido em termos de volume e área coberta em comparação com custeio. Em relação à segunda dimensão, temos as quatro linhas de crédito mais relevantes – Pronaf, Pronamp, Poupança Rural-Controlados e Recursos Obrigatórios – que representam 77% da área, 89% do número de contratos e 58% do montante de crédito. Por outro lado, o tamanho dos contratos entre as linhas é muito diferente (CEPEA. 2020).

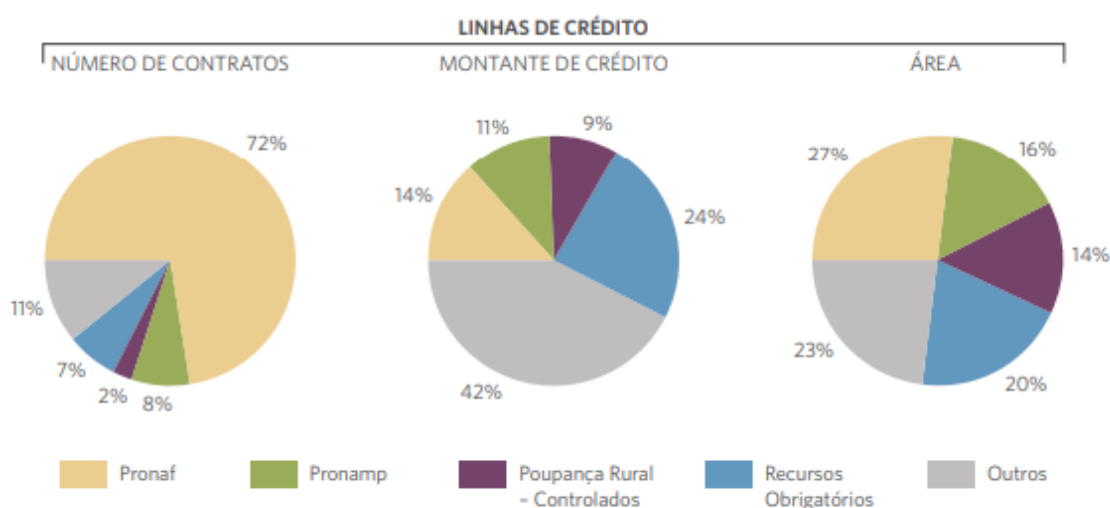


Figura 5. Distribuição do Crédito Rural por Tipos de Crédito

Fonte: Banco Central do Brasil (2020).

Por exemplo, o Pronaf representa 72% do número de contratos, mas apenas 14% do volume de crédito e 27% da área. Por fim, em relação à terceira dimensão, podemos observar os tipos de produtores: empresas ou indivíduos. A

figura 6 mostra que empresas tomam 1% dos empréstimos, mas são responsáveis por 28% do volume de crédito e 4% da área (BNDES, 2019).

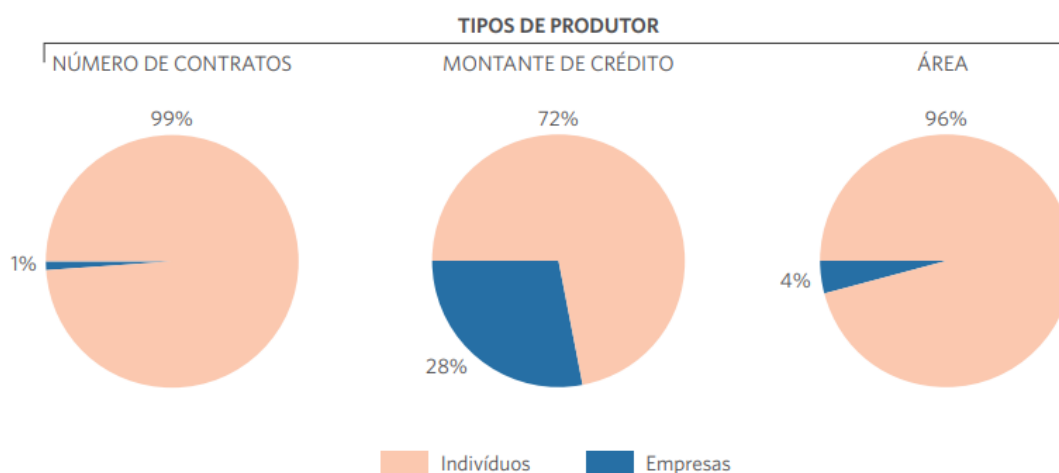


Figura 6 Tipo de tomadores de crédito.

Fonte: Banco Central do Brasil (2020).

Com isso o impacto médio do crédito rural no Brasil mostra uma expansão de terras de cultivo e redução de terras de pastagem. Os ganhos estão predominantemente associados com crédito para pequenos agricultores. As evidências sugerem que pequenos produtores estão mais sujeitos a restrições de crédito, uma vez que seus níveis de produção e produtividade aumentam mais com o aumento na oferta de crédito (CEPEA, 2020).

2.3 Relação entre crédito rural e práticas sustentáveis na pecuária

A agropecuária é uma das atividades econômicas mais vulneráveis a riscos devido às abruptas variações climáticas, flutuações cambiais e outros fatores imprevisíveis. O Plano Safra é uma estratégia para assegurar estabilidade financeira ao setor agropecuário, mitigando as incertezas inerentes a essa atividade (AGROICONE, 2021).

Como peça central da política agrícola brasileira, o Plano Safra desempenha um papel crucial no fomento do desenvolvimento sustentável. Ele estabelece linhas de crédito que visam assegurar o financiamento da produção agrícola e a comercialização dos produtos. A meta da política agrícola é auxiliar os produtores na superação de desafios e incertezas (ASSUNÇÃO, 2021).

Dada a sua importância para as práticas agropecuárias e o uso da terra, é imperativo que o Plano Safra esteja plenamente alinhado com as metas climáticas do Brasil e que o seu portfólio esteja estreitamente ligado a práticas de baixa emissão de carbono, em consonância com o funcionamento atual do Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (PROGRAMA ABC, 2023).

O Plano Safra dispõe de diversos subprogramas, sendo os mais relevantes o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). O primeiro destinado ao financiamento dos pequenos produtores para consolidação das suas atividades, o segundo tem como objeto linhas de crédito para os médios produtores, às duas linhas são financiadas através dos recursos do BNDES. Podendo ser considerado como o maior fomentador financeiro do setor agropecuário brasileiro.

A Figura 4 apresenta as diversas linhas de crédito para o ano agrícola de 2019/20, destacando um notável crescimento nos últimos anos, com os recursos provenientes de Letras de Crédito Agrícola (LCA) atingindo a marca de R\$ 26,7 bilhões. Outras quatro linhas de crédito de destaque incluem: (i) empréstimos financiados por Recursos Obrigatórios, seguindo as diretrizes da fonte de recursos sem ligação a um programa específico, totalizando R\$ 40,29 bilhões; (ii) o Pronaf, com um montante de R\$ 29 bilhões; (iii) o Pronamp, alcançando R\$ 27,9 bilhões; e (iv) empréstimos financiados por Poupança Rural, igualmente desvinculados de programas específicos, atingindo R\$ 7,4 bilhões.

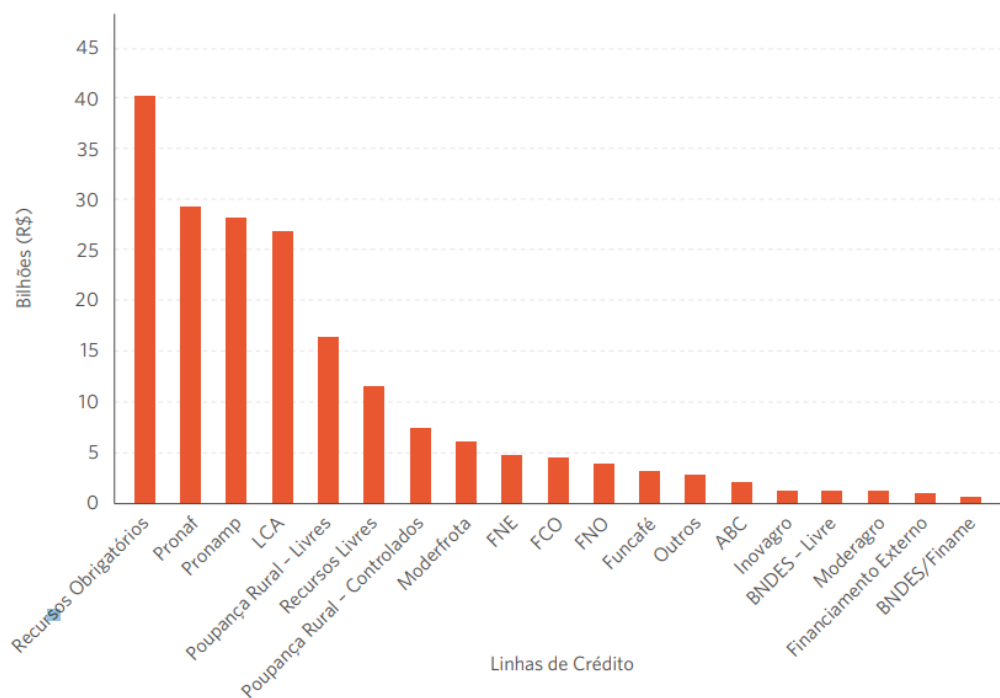


Figura 4 Montante de empréstimo por linha de crédito, ano agrícola 2019/20
 Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2021)

Após a implementação e consolidação de diversos instrumentos destinados a impulsionar a cadeia agropecuária, surge uma crescente demanda por uma ampliação dos recursos disponíveis para esse setor. Isso vale tanto para os produtores individuais quanto para a agroindústria brasileira, uma vez que, além da produção de grãos para exportação, há a necessidade de agregar valor aos produtos. Agora, estamos testemunhando o desenvolvimento de novas linhas de crédito, pois o Estado brasileiro reconhece a importância de promover a intersecção entre o agronegócio e o mercado de capitais para expandir o crédito nesse setor (CONAB, 2020).

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agropecuária depende significativamente de financiamentos para investimentos em insumos, tecnologia, maquinário e outras necessidades. No Brasil, diversos tipos de crédito estão disponíveis para atender às demandas do setor agropecuário com as especificidades relacionadas a taxas de juros e condições de pagamento, que variam entre diferentes programas e instituições financeiras.

No Brasil, o crédito rural é disponibilizado por diversas instituições fornecedoras como as públicas e privadas, cooperativas de crédito, agências de fomento e programas governamentais. Mesmo com as inúmeras instituições o BB continua seguindo na frente dos negócios sustentáveis do Brasil, o que reforça o papel transformador da instituição no apoio ao desenvolvimento do país e à construção de um futuro cada vez mais sustentável para a sociedade.

Com uma boa assistência técnica e uma fiscalização adequada do uso do crédito rural, faz com que a utilização desse recurso disponibilizado seja utilizado com maior eficiência e aumentando a produtividade do pecuarista. Tendo então uma educação financeira para administrar a gestão no negócio, sabendo onde investir dentro da propriedade e qual o melhor momento a ser feito, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias e para o crescimento do setor agrícola como um todo.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Clayton. A importância do crédito para o desenvolvimento econômico e social. 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-credito-para-o-desenvolvimento-economico-e-social/27633> Acesso em: 05 nov.2023.

ANJOS, Crédito Rural no Brasil: evolução e distribuição espacial (1969 – 2016), 2020. Disponível : <https://journals/openedition.org/confins/29836>. Acesso em : 06 out 2023.

ANTÃO, Rosimeire Aparecida de Souza; CAMPANHOLA, Tarcísio. O crédito rural no contexto do desenvolvimento econômico e social. 2011. Disponível em:<https://docplayer.com.br/1297008-O-credito-rural-no-contexto-do-desenvolvimento-economico-e-social.html> Acesso: 23 set. 2023

Bragança. “Caminhos para produção agropecuária sustentável no Brasil: Potenciais ganhos e investimentos necessários para aumentar a produtividade brasileira.” 2019. Disponível: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/caminhos-para-producao-agropecuaria-sustentavel-no-brasil/> Acesso em: 05 out 2023.

BRASIL. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/937752-deputados-defendem-fortalecimento-da-agricultura-para-producao-de-mais-alimentos/#:~:text=Segundo%20levantamento%20do%20Instituto%20Brasileiro,dos%20alimentos%20consumidos%20no%20Brasil.> . Acesso em: 05 out. 2023

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Aplicação do crédito rural da safra 2022/2023 somou R\$ 344 bilhões. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/aplicacao-do-credito-rural-da-safra>. Acesso em: 26 de set. 2023.

BRASIL. Plano Safra 2003/2021. Disponível: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/plan-o-safra-2023-2024>. Acesso em 29 out. 2023

CEPEA “PIB do Agronegócio Brasileiro.” 2020. Disponível: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 23 set 2023.

CEPEA e CNA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Esalq/USP; CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. PIB do agronegócio brasileiro. 2023. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx#:~:text=Pesquisadores%20do%20Cepea%2FCNA%20indicam,PIB%20do%20Pa%C3%ADs%20em%202023>. Acesso em:03 de outubro 2023.

CONAB “Sistema Nacional de Cadastro Rural.” 2020. Disponível: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 12 set 2023.

CONAB. Plano Safra será de R\$ 77,7 bilhões para agricultura familiar. Disponível: <https://opresenterural.com.br/plano-safra-sera-de-r-777-bilhoes-para-agricultura-familiar/>. Acesso em: 29 out 2023.

CREDITARE. Tudo que você precisa saber sobre Crédito Rural,2022. Disponível: <https://creditares.com.br/manual-completo-credito-rural/>. Acesso em: 18 set 2023.

FAO - Quais os avanços e os desafios da política de crédito rural 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/academico/2021/Quais-os-avan%C3%A7os-e-os-desafios-da-pol%C3%ADtica-de-cr%C3%A9dito-rural> Acesso: 06 out. 2023

GOIÁS FOMENTO. Agência De Fomento De Goiás S/A, 2021. Disponível: <https://www.goiasfomento.com/wp-content/uploads/2021/04/Demonstracoes-Contabeis-2o-Semestre-de-2020-GoiasFomento.pdf>. Acesso em: 29 out 2023.

IBGE, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, 2020. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 25 out 2023.

IBGE. O agronegócio no estado de goiás 2020 Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnadc/default.asp?o=27&i=P>>. Acesso em: 10/10/2023.

PROGRAMA ABC. Contribuições para a Sustentabilidade no Plano Safra 2023/24, 2023. Disponível: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/contribuicoes-para-a-sustentabilidade-no-plano-safra-2023-24/> Acesso em 30 out 2023.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000. Acesso: 28 set.2023

SILVA FILHO, José Brandt. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. 2017. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/Pronaf> Acesso em: 28 set .2023.

SILVA. CRÉDITO RURAL PARA ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA,2019. Disponível: <http://www.pgextensaorural.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/PRODUTO-FINAL-GUIA-PARA-ASSENTADOS-DE-REFORMA-AGR%C3%A9RIA.pdf> \ Acesso em: 28 out 2023.


TOLEDO, Virginia. Por falta de jovens, produtores rurais temem futuro da agricultura familiar. 2011. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/09/por-falta-de-jovens-produtoresrurais-temem-futuro-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 18 set. 2023.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE**ANEXO I**

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica


A estudante Stella Oliveira Silva do Curso de ZOOTECNIA, matrícula 20182.0027.0034-4 , telefone: (62) 99130-3165 , e-mail steellaoliveira-11@hotmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE FOMENTO AO CRÉDITO NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA” gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 28 de novembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **STELLA OLIVEIRA SILVA**
Data: 06/12/2023 11:20:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da autora: _____

Nome completo da autora: Stella Oliveira Silva

Documento assinado digitalmente
 **DELMA MACHADO CANTISANI PÁDUA**
Data: 11/12/2023 19:17:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do professor-orientador: _____

Nome completo do professor-orientador: Delma Machado Cantisani Pádua